

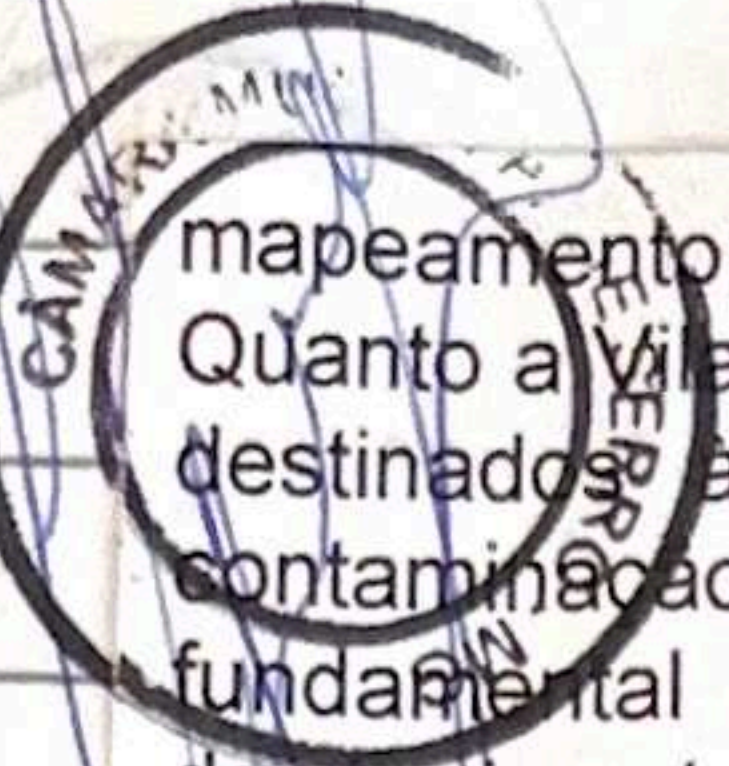
**ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO.**

Aos 18 (dezoito) dias do mês de março de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 20:00 (vinte horas), no Salão Nobre da Câmara Municipal de Serro, Plenário do Poder Legislativo de Serro. O Exmo. Sr. Presidente, Vereador João Paulo Brandão Simões, solicitou ao Secretário da Mesa que realizasse a chamada dos Edis, sendo registrada a presença dos seguintes: João Paulo Brandão Simões, Assis de Oliveira, Eneas Vitorino da Silva, Rosimar Ângelo Severino, Adelino Aparecido Guimarães Reis, Antônio Carlos da Cunha, Antônio José de Oliveira Filho, Flávio Cardoso da Silva, Roberto da Silva Ribeiro, Ronivon Simões e Weverson Leão Simões. Comprovada a existência de quórum, o Presidente declarou aberta a Sessão. A seguir iniciou a apreciação da Ata da 2ª Sessão Ordinária. Aberta a votação, a Ata foi aprovada por 9 (nove) votos favoráveis e nenhum contrário. A seguir o Presidente solicitou ao Secretário da Mesa Diretora que efetuasse a leitura das correspondências recebidas do Poder Executivo: Ofício GAB 068/2026, que indica líder de governo; Ofícios GP059 e 063/2026, que solicitam Urgência Especial na apreciação do Projeto de Lei 011/2026, que autoriza a abertura de crédito especial ao orçamento geral do Município no valor de R\$ 52.404,00 (cinquenta e dois mil e quatrocentos e quatro reais); e Projeto de Lei 012/2026, que autoriza a abertura de crédito especial ao orçamento geral do Município no valor de R\$ 309.000,00 (trezentos e nove mil reais). A seguir o Presidente solicitou ao Secretário da Mesa Diretora que efetuasse a leitura das correspondências expedidas: Ofício SC 009/2026, que envia mensagens diversas. A seguir o Presidente solicitou ao Secretário da Mesa Diretora que efetuasse a leitura do Expediente da Sessão: Edital de Convocação, datado de 16 de março de 2026; Projeto de Lei 002/2026 de autoria do Vereador Weverson Leão Simões, que institui a Política Municipal de Atenção Integral à Pessoa com Doença Falciforme, dispõe sobre o "Projeto MARM" (Modelo de Atenção e Respeito à Pessoa com Doença Falciforme), e dá outras providências; Projeto de Resolução 002/2026 de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional da Câmara Municipal de Serro/MG, estabelece competências e atribuições dos órgãos que a compõem, e dá outras providências; Projeto de Resolução 003/2026 de autoria da Mesa Diretora, que altera os Anexos I e VII da Resolução 005/2025, de 22 de abril de 2025, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras, Vencimentos e Remuneração dos servidores públicos da Câmara Municipal de Serro e dá outras providências; Projeto de Resolução 004/2026 de autoria da Mesa Diretora, que autoriza a celebração de Termo e Convênio entre a Câmara Municipal de Serro-MG e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas, com a finalidade de viabilizar a realização de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios por estudantes regularmente matriculados naquela instituição de ensino superior; Indicação 020/2026, de autoria do Vereador Flávio Cardoso da Silva, que solicita modernização da iluminação pública; Indicação 021/2026, de autoria do Vereador Flávio Cardoso da Silva, que solicita instalação de sinalização adaptada para portadores do TEA; Indicação 022/2026, de autoria do Vereador Weverson Leão Simões, que solicita extensão de rede e iluminação pública; Indicação 023/2026, de autoria do Vereador Roberto da Silva Ribeiro, que solicita pavimentação de via; e Indicação 024/2026, de autoria dos Vereadores João Paulo Brandão Simões e Roberto da Silva Ribeiro, que solicita disponibilização de transporte universitário. A seguir o Presidente concedeu a palavra à assistente inscrita, Sra. Maria Flor de Maio, a qual afirmou estar em dúvida sobre o que ocorre com a contaminação da água na Vila Deputado Augusto Clementino, questionando se algum Vereador poderia responder. Relatou que Polícia Militar Ambiental esteve no local e colheu amostras, mas nenhum órgão público informou o resultado. Indagou o que está acontecendo com a água, relatando que moradores tiveram que buscar água do outro lado da MG-10, tendo outros consumido água com agrotóxicos. Afirmou que moradores estão "no meio do mato" no Distrito, relatando ter encontrado cobras em sua residência mesmo mantendo o quintal limpo e criticou o excesso de lixo. Relembrou que o Distrito já teve um zelador da rua que cuidava da limpeza e da água, servidor da Prefeitura, e que na época

não havia essas dificuldades. Apelou aos Srs. Vereadores para lutar pelo retorno de um funcionário para a comunidade e finalizou pedindo informações sobre as multas ou punições ao responsável pela aplicação de agrotóxico no entorno da nascente que abastece o Distrito. Em seguida o Presidente concedeu a palavra ao assistente inscrito Sr. Júnior dos Santos Figueiredo, o qual afirmou que complementaria o assunto da Sra. Flor de Maio. Afirmou que o Projeto de Resolução constante da pauta geraria despesa extra e dificultaria a prestação de serviço no Município. Afirmou faltar compromisso do poder público e que, como ex-vereador e ex-presidente por três vezes, nunca deixou de cumprir o papel de fiscalizar. Alegou que faltou a presença de vereadores na Vila Deputado Augusto Clementino para acompanhar o ocorrido e criticou a conivência do legislativo com o secretariado que "lava as mãos". Pediu que a Câmara fiscalize e exija relatórios mensais dos Secretários, citando problemas no PSF e no atendimento odontológico. Criticou a criação de cargos pelo Projeto de Resolução 002/2026, afirmando já haver muitos servidores no legislativo e que o recurso deveria ser usado para limpar ruas, cemitérios ou contratar coveiros, relatando que os coveiros atuais do Distrito possuem salários defasados. Concluiu afirmando ser vergonhosa a atuação da Câmara Municipal. O Presidente informou que a Câmara Municipal possui total compromisso com a população e funcionários dedicados. Afirmou ao Sr. Júnior que, em sua gestão como Presidente, não visualizou contribuições de grande importância. Explicou que os cargos criados visam implantar a UAA (Unidade Avançada de Atendimento) da Justiça Federal, que permitirá a realização perícias médicas judiciais no Serro, evitando que a população precise se deslocar a Diamantina ou Sete Lagoas, algo nunca visto antes na história do Legislativo, o qual possui responsabilidade e transparência. Em seguida o Presidente concedeu a palavra ao assistente Sr. José Alves o qual afirmou que na Vila Deputado Augusto Clementino a população passa dificuldade com a falta de água e que houve aspersão de agrotóxicos em pasto particular, o que prejudicou as nascentes. Declarou que, mesmo sendo analfabeto", estava ali para falar sobre o direito à água e que o produtor rural vizinho comprometeu a qualidade da água que abastece a comunidade. Em seguida o Presidente concedeu a palavra ao assistente inscrito, Sr. Tiago Mercês, o qual apresentou o Projeto MARM (Modelo de Atenção e Respeito à pessoa com doença falciforme), nomeado em homenagem ao seu irmão, Marcelo Aparecido do Rosário Mercês, que faleceu há um ano por negligência no atendimento hospitalar. Explicou que o projeto visa corrigir falhas críticas na assistência, especialmente para a população afro-brasileira e quilombola. Detalhou os quatro eixos: mapeamento ativo de pacientes, capacitação permanente de agentes de saúde, telemedicina e protocolos para crises algicas. Descreveu a dor da doença, e seu desenvolvimento, dores essas que não são amenizadas nem com o uso da morfina. Afirmou que a proposta é pragmática, ética e de baixo custo, buscando parcerias com a UFVJM e Hemominas para melhorar a qualidade de vida e reduzir a mortalidade. O Vereador Assis discorreu sobre a gravidade da anemia falciforme, descrevendo-a como uma doença hereditária que causa obstrução vascular e dores intensas nos ossos. Relatou sua experiência pessoal atendendo Marcelo (irmão do assistente Tiago) no hospital e defendeu que pacientes com essa condição devem ter prioridade absoluta nos prontos-atendimentos. Sobre as queixas de Vila Deputado Augusto Clementino, afirmou que a situação de abandono e falta de infraestrutura se estende a diversas outras localidades, como Milho Verde, Ausente, São Gonçalo, Três Barras e Capivari. O Vereador Wéverson afirmou que a sujeira urbana no Serro é crítica, sugerindo que a cidade estaria entre as dez mais sujas do Estado. Sobre a água da Vila Deputado Augusto Clementino, classificou a possível contaminação como absurda e ressaltou que, embora o papel do Vereador seja fiscalizar e cobrar, a execução das melhorias cabe exclusivamente à Prefeitura. Agradeceu ao Sr. Tiago Mercês pela confiança ao lhe permitir assinar o "Projeto MARM", destacando que a iniciativa visa dar dignidade aos pacientes e capacitação aos profissionais de saúde. O Vereador Antônio Carlos solidarizou-se com a dor da perda de Marcelo e lembrou o caso de Danúbia, uma moradora de Capivari que também faleceu devido à mesma doença. Defendeu a prevenção e o

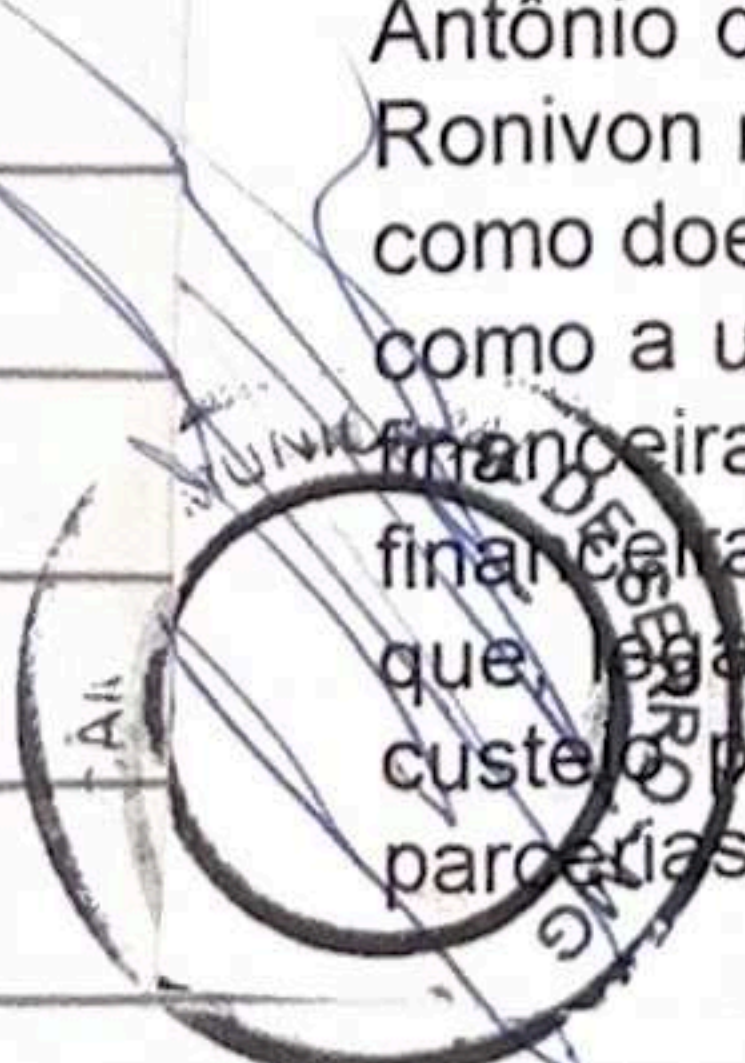


mapeamento como ferramentas fundamentais para evitar novas tragédias. Quanto a Vila Deputado Augusto Clementino, exigiu que o uso dos recursos destinados à limpeza urbana fosse investigado e que a situação da contaminação da água fosse apurada a fundo, classificando-a como fundamental para a sobrevivência. O Vereador Ronivon relatou que sua denúncia anterior sobre a escola da localidade de Acaba Mundo surtiu efeito, com a adoção de providências para cercar o local e realizar reparos. Sobre o uso de agrotóxicos por um produtor vizinho à Vila Deputado Augusto Clementino, afirmou ter certeza de que a responsabilidade é de fazendeiros locais que utilizam drones para aplicação de herbicidas, e não do Município. Sugeriu que o IEF e a Secretaria de Meio Ambiente apliquem multas severas aos responsáveis. Criticou também a regra que impede a Prefeitura de usar herbicidas para limpar as ruas, o que dificulta o controle do mato nas vias públicas. O Vereador Roberto informou que, assim que soube do incidente com herbicidas na Vila Deputado Augusto Clementino, acionou imediatamente a Secretaria de Meio Ambiente, a Polícia Ambiental e a Vigilância Sanitária. Esclareceu que a análise da água demanda um prazo de 30 dias para a emissão do laudo técnico. Rebateu críticas do ex-vereador Júnior, afirmando que o Município não fugiu de suas responsabilidades e que a punição ao responsável pelo uso de herbicidas depende da comprovação via laudo e ação policial. O Presidente relatou que esteve no local, representando os Srs. Vereadores, e acompanhando a Polícia Militar Ambiental, representantes do IMA e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Registrou a presença em Plenário da Sra. Dayane Pereira, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a convidou para utilizar da Tribuna para prestar os esclarecimentos à população. A Sra. Dayane Pereira, usando da Tribuna, informou que sua manifestação nesta data teria o objetivo de prestar esclarecimentos acerca da contaminação da água e da limpeza na Vila Deputado Augusto Clementino. A representante informou que a Secretaria esteve presente no local em diversas datas: 3, 5, 9, 10, 11 e 17 de março. As vistorias contaram com a participação da Polícia Militar Ambiental, da Vigilância Sanitária, da Secretaria de Agricultura, do Legislativo e, principalmente, do IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária) da regional de Guanhães. Confirmou que a denúncia envolvia a aplicação aérea de herbicidas por meio de drones. Explicou que a fiscalização técnica da aplicação, do armazenamento de produtos e da verificação dos planos de voo é competência do IMA, e não do Município. Segundo ela, o fiscal do IMA constatou falhas no procedimento e realizou uma autuação ao proprietário da fazenda, o que possivelmente gerará uma multa. Relatou que desde o dia 3 de março, o abastecimento vindo da nascente próxima à área atingida foi suspenso pela Secretaria de Infraestrutura como medida preventiva, passando o Distrito a ser atendido por um poço artesiano e por uma nascente alternativa situada a cerca de 2 km de distância. Esclareceu que existe um prazo legal para a conclusão das análises laboratoriais da água e que o resultado será apresentado à população assim que for disponibilizado para que o abastecimento total possa ser, ou não, restabelecido. Ressaltou que a Secretaria não tem competência para avaliar danos em produções particulares. No entanto, informou que em reunião no dia 17 de março, os proprietários da área se dispuseram a auxiliar moradores atingidos, com o suporte técnico da Emater e do SENAR. A representante negou qualquer negligência, afirmando que o Município acatou todas as denúncias, deslocou equipes e ouviu os moradores em todas as ocasiões citadas. Sobre as queixas de sujeira, explicou que existe um cronograma interno dos serviços de limpeza e que o trabalho é dificultado pela vasta extensão territorial do Município e pela ocorrência constante de chuvas, mas garantiu que a comunidade será atendida conforme o planejamento. O Presidente agradeceu aos assistentes por suas manifestações e à Sra. Dayane pelos esclarecimentos prestados. A seguir o Presidente suspendeu a Sessão para cumprimento do intervalo regimental. Vencido o intervalo, o Presidente declarou aberta a Ordem do Dia. A seguir iniciou a apreciação dos pedidos de Urgência Especial. Projeto de Lei 002/2026 de autoria do Vereador Weverson Leão Simões, que institui a Política Municipal de Atenção Integral



7

à Pessoa com Doença Falciforme, dispõe sobre o "Projeto MARM" (Modelo de Atenção e Respeito à Pessoa com Doença Falciforme), e dá outras providências. A Urgência Especial foi aprovada por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário. Projeto de Lei 011/2026, que autoriza a abertura de crédito especial ao orçamento geral do Município no valor de R\$ 52.404,00 (cinquenta e dois mil e quatrocentos e quatro reais). A Urgência Especial foi aprovada por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário. Projeto de Lei 012/2026, que autoriza a abertura de crédito especial ao orçamento geral do Município no valor de R\$ 309.000,00 (trezentos e nove mil reais). A Urgência Especial foi aprovada por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário. Projeto de Resolução 002/2026 de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional da Câmara Municipal de Serro/MG, estabelece competências e atribuições dos órgãos que a compõem, e dá outras providências. A Urgência Especial foi aprovada por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário. Projeto de Resolução 003/2026 de autoria da Mesa Diretora, que altera os Anexos I e VII da Resolução 005/2025, de 22 de abril de 2025, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras, Vencimentos e Remuneração dos servidores públicos da Câmara Municipal de Serro e dá outras providências. A Urgência Especial foi aprovada por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário. Projeto de Resolução 004/2026 de autoria da Mesa Diretora, que autoriza a celebração de Termo de Convênio entre a Câmara Municipal de Serro-MG e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas, com a finalidade de viabilizar a realização de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios por estudantes regularmente matriculados naquela instituição de ensino superior. A Urgência Especial foi aprovada por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário. A seguir o Presidente iniciou a apreciação em único turno das proposições constantes da pauta da Sessão. Projeto de Lei 002/2026 de autoria do Vereador Weverson Leão Simões, que institui a Política Municipal de Atenção Integral à Pessoa com Doença Falciforme, dispõe sobre o "Projeto MARM" (Modelo de Atenção e Respeito à Pessoa com Doença Falciforme), e dá outras providências. O Vereador Weverson defendeu que o Serro seja referência no tratamento, pedindo que o projeto não fique na gaveta e que o Executivo crie políticas públicas efetivas para dar dignidade aos pacientes. Reiterou a autoria da proposição do assistente Tiago, reiterando sua preocupação para com o compromisso no tratamento da anemia falciforme, reiterando as manifestações durante o Expediente. A proposição foi aprovada em único turno por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário. Projeto de Lei 011/2026, que autoriza a abertura de crédito especial ao orçamento geral do Município no valor de R\$ 52.404,00 (cinquenta e dois mil e quatrocentos e quatro reais). A proposição foi aprovada em único turno por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário. Projeto de Lei 012/2026, que autoriza a abertura de crédito especial ao orçamento geral do Município no valor de R\$ 309.000,00 (trezentos e nove mil reais). A proposição foi aprovada em único turno por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário. Projeto de Resolução 002/2026 de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional da Câmara Municipal de Serro/MG, estabelece competências e atribuições dos órgãos que a compõem, e dá outras providências. O Vereador Rosimar afirmou ter recebido pressão sobre seu voto, mas ressaltou sua independência. Embora tenha considerado o Projeto bom por trazer peritos à cidade, questionou a falta de reuniões prévias da Mesa Diretora com todos os 11 vereadores para explicar os gastos e o fato de a Câmara de Serro bancar sozinha uma estrutura que atenderá também os municípios de Santo Antônio do Itambé, Alvorada de Minas e Serra Azul de Minas. O Vereador Ronivon reconheceu o benefício para quem sofre com problemas de saúde, como doenças de coluna, mas discordou do modelo de custeio. Sugeriu que, como a unidade atenderá a comarca, outros municípios deveriam contribuir financeiramente, citando que Alvorada de Minas possui grande capacidade financeira e deveria arcar com 50% das despesas. O Presidente esclareceu que, legalmente, uma Câmara não pode fazer repasses para outra e que o custeio provém do Município sede, mas admitiu a possibilidade de futuras parcerias para cessão de estagiários. O Vereador Weverson corroborou a



necessidade de maior transparência nas decisões da Mesa. Mas...estou preocupado com a capacidade de atendimento, temendo que as vagas pudessem ser ocupadas por cidadãos de cidades vizinhas em detrimento dos serranos, sugerindo a verificação da legalidade de convênios para repasses das outras Câmaras Municipais. O Presidente convidou a Sra. Karine Castro de Paula, assessora jurídica do CAC, para prestar esclarecimentos sobre a instalação da UAA. A Assessora esclareceu que a UAA é um modelo padronizado da Justiça Federal, não uma criação do Serro, tratando-se de uma extensão do atendimento da subseção judiciária à população, pontuando todos os serviços prestados. Esclareceu que as perícias são apenas um dos serviços que podem ser prestados, tratando-se de perícias médicas judiciais e não aquelas perícias do INSS. Explicou que as competências territoriais (incluindo Alvorada de Minas, Santo Antônio do Itambé e Serra Azul de Minas) são fixadas por normas federais e não podem ser alteradas pela Câmara. Destacou que o médico perito judicial é credenciado e pago pelo sistema da Justiça Federal, e que a unidade servirá para remover obstáculos ao acesso à justiça para pessoas em situação de vulnerabilidade, tornando célere a tramitação de procedimentos judiciais para os jurisdicionados da região. O Presidente advertiu o assistente Júnior dos Santos Figueiredo, que insistia em interromper o andamento dos trabalhos, realizando diversas intervenções nas falas dos Srs. Vereadores. O Vereador Flávio defendeu a proposição com veemência, afirmando ser covarde a situação enfrentada por moradores de seu Distrito que, por falta de perícias médicas locais, precisando ser transportados deitados em ambulâncias até cidades como São João Evangelista, muitas vezes sem condições mínimas de conforto. Citou o caso específico de um cidadão que precisou viajar nessas condições precárias para garantir o recebimento de seu benefício. Afirmou ser lamentável ver interesses políticos travarem projetos que trazem benefícios. Desafiou os colegas a pararem de atuar uns contra os outros. Defendeu que a função do Vereador é fiscalizar, assessorar e, acima de tudo, levar dignidade à população. Reafirmou que sua fala não era um escândalo, mas uma defesa honesta e sincera daqueles que mais precisam e que muitas vezes não têm representantes. Cumprimentou a Mesa Diretora pela iniciativa, destacando que a implantação da UAA mostra o que é uma gestão eficiente, capaz de atrair serviços que beneficiarão inclusive os municípios vizinhos, elevando o patamar do Serro na região. Reforçou que o povo precisa da proposição e que argumentos contrários são injustificáveis diante da realidade de sofrimento enfrentada pelos cidadãos que pagam impostos e não recebem o retorno adequado em saúde e acesso a serviços. O Vereador Roberto cumprimentou a Câmara Municipal pela iniciativa, enfatizando que o Projeto não pertence a um único Vereador ou cargo, mas a todos os parlamentares e a toda a população de Serro que será contemplada. Classificou a iniciativa como um projeto que ficará para a história. Acompanhou as palavras do Vereador Flávio. Admitiu que, quando ocupou a Presidência da Casa no passado, não teve o privilégio de ter a mesma visão que a atual gestão está tendo. Ponderou que talvez, naquele momento, não houvesse a mesma permissão legal que existe hoje para implementar tal estrutura. Rebateu críticas sobre gastos, afirmando que não via a contratação de dois servidores temporários como um gasto, mas sim como um investimento para o Município. O Vereador Assis acompanhou as palavras do Vereador Flávio. Mencionou o sofrimento de moradores de comunidades como Santa Cruz, Barra da Cega e São Gonçalo do Rio das Pedras, citando nominalmente o Sr. José Honorato como exemplo de cidadão acamado que enfrenta dificuldades extremas. Relatou que está auxiliando um paciente acamado que possui direito a um acréscimo de 25% em sua aposentadoria (destinado a quem necessita de cuidadores), mas que teve o benefício cancelado por não ter condições físicas de se deslocar até Diamantina para realizar a perícia médica necessária. Destacou o isolamento de comunidades onde pessoas precisam ser empurradas em carrinhos para atravessar rios e relatou que em locais como Colônia e Santa Cruz, há alunos deixando de frequentar a escola devido à precariedade das travessias. A proposição foi aprovada em único turno por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário. Projeto de Resolução 003/2026 de autoria da Mesa Diretora, que altera os Anexos I e II da

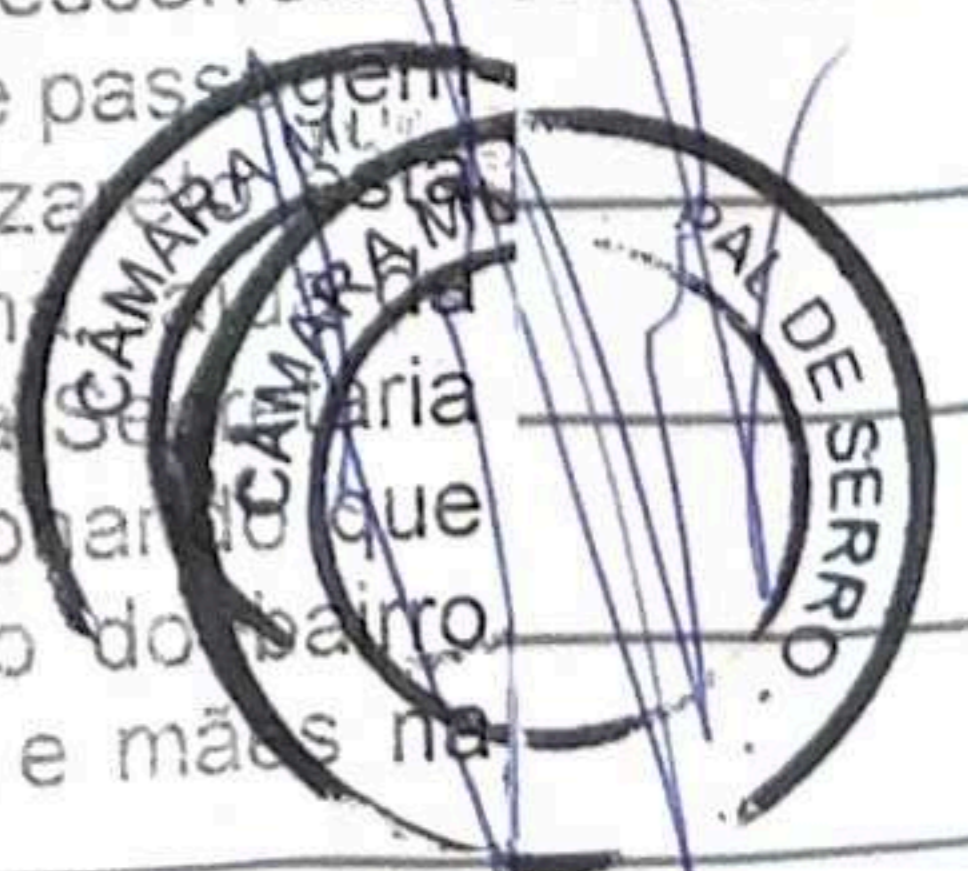


necessidade de maior transparência nas decisões da Mesa. Ma...estou preocupado com a capacidade de atendimento, temendo que as vagas pudessem ser ocupadas por cidadãos de cidades vizinhas em detrimento dos serranos, sugerindo a verificação da legalidade de convênios para repasses das outras Câmaras Municipais. O Presidente convidou a Sra. Karine Castro de Paula, assessora jurídica do CAC, para prestar esclarecimentos sobre a instalação da UAA. A Assessora esclareceu que a UAA é um modelo padronizado da Justiça Federal, não uma criação do Serro, tratando-se de uma extensão do atendimento da subseção judiciária à população, pontuando todos os serviços prestados. Esclareceu que as perícias são apenas um dos serviços que podem ser prestados, tratando-se de perícias médicas judiciais e não aquelas perícias do INSS. Explicou que as competências territoriais (incluindo Alvorada de Minas, Santo Antônio do Itambé e Serra Azul de Minas) são fixadas por normas federais e não podem ser alteradas pela Câmara. Destacou que o médico perito judicial é credenciado e pago pelo sistema da Justiça Federal, e que a unidade servirá para remover obstáculos ao acesso à justiça para pessoas em situação de vulnerabilidade, tornando célere a tramitação de procedimentos judiciais para os jurisdicionados da região. O Presidente advertiu o assistente Júnior dos Santos Figueiredo, que insistia em interromper o andamento dos trabalhos, realizando diversas intervenções nas falas dos Srs. Vereadores. O Vereador Flávio defendeu a proposição com veemência, afirmando ser covarde a situação enfrentada por moradores de seu Distrito que, por falta de perícias médicas locais, precisando ser transportados deitados em ambulâncias até cidades como São João Evangelista, muitas vezes sem condições mínimas de conforto. Citou o caso específico de um cidadão que precisou viajar nessas condições precárias para garantir o recebimento de seu benefício. Afirmou ser lamentável ver interesses políticos travarem projetos que trazem benefícios. Desafiou os colegas a pararem de atuar uns contra os outros. Defendeu que a função do Vereador é fiscalizar, assessorar e, acima de tudo, levar dignidade à população. Reafirmou que sua fala não era um escândalo, mas uma defesa honesta e sincera daqueles que mais precisam e que muitas vezes não têm representantes. Cumprimentou a Mesa Diretora pela iniciativa, destacando que a implantação da UAA mostra o que é uma gestão eficiente, capaz de atrair serviços que beneficiarão inclusive os municípios vizinhos, elevando o patamar do Serro na região. Reforçou que o povo precisa da proposição e que argumentos contrários são injustificáveis diante da realidade de sofrimento enfrentada pelos cidadãos que pagam impostos e não recebem o retorno adequado em saúde e acesso a serviços. O Vereador Roberto cumprimentou a Câmara Municipal pela iniciativa, enfatizando que o Projeto não pertence a um único Vereador ou cargo, mas a todos os parlamentares e a toda a população de Serro que será contemplada. Classificou a iniciativa como um projeto que ficará para a história. Acompanhou as palavras do Vereador Flávio. Admitiu que, quando ocupou a Presidência da Casa no passado, não teve o privilégio de ter a mesma visão que a atual gestão está tendo. Ponderou que talvez, naquele momento, não houvesse a mesma permissão legal que existe hoje para implementar tal estrutura. Rebateu críticas sobre gastos, afirmando que não via a contratação de dois servidores temporários como um gasto, mas sim como um investimento para o Município. O Vereador Assis acompanhou as palavras do Vereador Flávio. Mencionou o sofrimento de moradores de comunidades como Santa Cruz, Barra da Cega e São Gonçalo do Rio das Pedras, citando nominalmente o Sr. José Honorato como exemplo de cidadão acamado que enfrenta dificuldades extremas. Relatou que está auxiliando um paciente acamado que possui direito a um acréscimo de 25% em sua aposentadoria (destinado a quem necessita de cuidadores), mas que teve o benefício cancelado por não ter condições físicas de se deslocar até Diamantina para realizar a perícia médica necessária. Destacou o isolamento de comunidades onde pessoas precisam ser empurradas em carrinhos para atravessar rios e relatou que em locais como Colônia e Santa Cruz, há alunos deixando de frequentar a escola devido à precariedade das travessias. A proposição foi aprovada em único turno por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário. Projeto de Resolução 003/2026 de autoria da Mesa Diretora, que altera os Anexos





Resolução 005/2025, de 22 de abril de 2025, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras, Vencimentos e Remuneração dos servidores públicos da Câmara Municipal de Serro e dá outras providências. A proposição foi aprovada em único turno por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário. Projeto de Resolução 004/2026 de autoria da Mesa Diretora, que autoriza a celebração de Termo de Convênio entre a Câmara Municipal de Serro-MG e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas, com a finalidade de viabilizar a realização de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios por estudantes regularmente matriculados naquela instituição de ensino superior. A proposição foi aprovada em único turno por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário. Após a conclusão das votações, o Presidente expressou sua indignação com o comportamento de alguns parlamentares, relatando seu descontentamento com colegas que, embora demonstrem amizade e preocupação com o povo em momentos sociais apresentam em Plenário questionamentos que não condizem com a realidade administrativa da Casa. Reiterou que a transparência sempre foi a base de seu trabalho e que este será o seu principal legado. Reiterou que todas as ações do Legislativo estão divulgadas no Portal da Transparência, reiterando os desafios enfrentados desde o início da sua gestão, como a construção de um muro de arrimo, a fim de evitar um grave acidente envolvendo a sede do Legislativo e outros dois imóveis residências, na ordem de R\$ 400 mil em investimentos. Criticou o que classificou como prevalência do ego e de disputas políticas pelo cargo da Presidência. Enfatizou o peso e a dificuldade da função, ressaltando que se dedica ao máximo e que precisou abdicar de diversos aspectos de sua vida pessoal para honrar os 450 votos recebidos e a responsabilidade do cargo. Pontuou que a Casa dispõe de profissionais qualificados para sanar quaisquer dúvidas técnicas. Lamentou que conflitos políticos muitas vezes se sobrepõe ao interesse público. Defendeu a importância social da UAA, lembrando que a iniciativa já vinha sendo discutida e divulgada há tempo, inclusive com a participação do Prefeito Municipal em visitas ao TRF6, e que o objetivo central é o benefício direto à população carente do Serro. Finalizou pedindo respeito e dignidade para com a instituição e reforçando que os projetos ali aprovados pertencem ao povo, e não a interesses individuais. A seguir o Presidente iniciou a apreciação das Indicações de autoria dos Srs. Vereadores. Indicação 020/2026, de autoria do Vereador Flávio Cardoso da Silva, que solicita modernização da iluminação pública. A proposição foi aprovada em único turno por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário. Indicação 021/2026, de autoria do Vereador Flávio Cardoso da Silva, que solicita instalação de sinalização adaptada para portadores do TEA. A proposição foi aprovada em único turno por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário. Indicação 022/2026, de autoria do Vereador Weverson Leão Simões, que solicita extensão de rede e iluminação pública. A proposição foi aprovada em único turno por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário. Indicação 023/2026, de autoria do Vereador Roberto da Silva Ribeiro, que solicita pavimentação de via. A proposição foi aprovada em único turno por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário. Indicação 024/2026, de autoria dos Vereadores João Paulo Brandão Simões e Roberto da Silva Ribeiro, que solicita disponibilização de transporte universitário. A proposição foi aprovada em único turno por 10 (dez) votos favoráveis e nenhum contrário. Concluída a Ordem do Dia, o Presidente solicitou aos Srs. Vereadores que apresentassem suas proposições verbais. O Vereador Ronivon, usando a Tribuna, solicitou oficiar à Secretaria Municipal de Infraestrutura relatando que, ao transitar pelo trecho entre o Rodoanel e o alto do bairro Bela Vista, constatou a existência de uma grande poça de água e o rompimento de uma rede de esgoto ocorrido há vários dias. Afirmou que o esgoto está escorrendo para o local, gerando um odor insuportável na região, que serve de passagem para muitos moradores, já que a via alternativa pelo bairro Lazareto é intransitável devido a buracos e valetas. Destacou que o mato na cidade até o Rodoanel atingiu significativa altura e sugeriu que a Secretaria resolva o problema com patrolamento e cascalhamento, mencionando que veículos estão sendo danificados ao tentar transitar no fundo do bairro Lazareto. O Vereador Flávio relatou ter conversado com pais e mães na



comunidade de Colônia que estão impedindo seus filhos de frequentar a escola por medo de atravessarem o Rio Jequitinhonha em canoas. Alertou para o perigo extremo da travessia durante as enchentes, afirmando que, se um tronco atingir a embarcação, o risco de uma tragédia fatal é muito alta. Cobrou providências do Executivo e dos órgãos competentes para as regiões quilombolas e relatou a dificuldade de captar recursos, mencionando ter solicitado R\$ 800.000,00 para a construção de uma ponte na localidade de Santa Cruz. Criticou a burocracia estatal ao relatar que, na Secretaria do Estado, ouviu que ofícios de Vereadores não teriam o mesmo peso que os de Deputados no pleito pela LMG-735. Exigiu maior apoio da Secretaria de Meio Ambiente na limpeza dos Distritos de Três Barras da Estrada Real, Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, ameaçando recorrer ao Ministério Público caso a rua principal de Milho Verde não receba providências imediatas. Ressaltou que busca dar voz ao sofrimento da população que paga impostos e não vê retorno em educação, saúde e acessibilidade. O Vereador Assis, usando a Tribuna, dirigiu sua fala às famílias dos Distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras que vivem sob o temor de ter suas casas demolidas. Informou que cerca de 80 famílias estão sendo notificadas com base em um decreto de 2014 que impõe uma altura máxima de 4,5 metros para as construções, regra que o Vereador considera ilegítima por não ter sido debatida como Lei na Câmara. Argumentou que a maioria das casas existe há mais de 10 anos, construídas de boa fé com as economias das famílias. Solicitou que a Presidência envie ofícios ao Prefeito, pedindo levantamentos técnicos que justifiquem tal altimetria, e ao Ministério Público, para que as ações de demolição sejam paralisadas. Corroborou a fala do Vereador Flávio sobre a localidade de Santa Cruz, afirmando que alunos estão perdendo aulas por falta de uma ponte e denunciou que na Rua do Passageiro, em Três Barras da Estrada Real, bloquetes e meio-fios foram deixados no local há mais de um ano para que a própria população fizesse o trabalho da prefeitura. O Vereador Eneas reforçou as críticas ao acesso ao bairro Lazaredo pelo anel rodoviário, classificando a situação como muito complicada para os moradores. Sobre a iluminação pública, denunciou que o aplicativo da empresa prestadora de serviço não funciona de forma eficaz, relatando casos em que os pedidos ficam sem resposta por 5 a 7 dias, exigindo uma fiscalização mais rigorosa sobre a contratada. O Vereador Antônio Carlos solidarizou-se com as queixas sobre estradas vicinais e informou que, embora as máquinas estejam na localidade de Capivari há uma semana, apenas 10% do trecho do transporte escolar, de cerca de 70 km, foi concluído, devido às chuvas. Defendeu a necessidade de drenagem e pavimentação definitiva do Distrito de Milho Verde. Relatou sua indignação com a situação da escola da localidade de Ausente, onde o esgoto está voltando para dentro da cantina. Sobre a localidade de Colônia, afirmou ter ficado chocado ao ver o vídeo das crianças atravessando o rio em canoas e defendeu a construção urgente de uma passarela para evitar uma tragédia. Relembrou que os problemas com desastres naturais e estradas já haviam sido previstos e cobrados durante todo o ano anterior. O Vereador Roberto solicitou o envio pela Prefeitura Municipal do projeto e o contrato da iluminação pública, pois suspeita que a empresa não está cumprindo o compromisso de realizar rondas noturnas em motocicletas. Afirmou que a empresa anterior prestaria um serviço muito melhor, citando que há 5 postes apagados apenas no trecho compreendido entre a Rodoviária e a Câmara Municipal, além de dezenas de outros nos bairros São Geraldo, Vigário e na Vila Deputado Augusto Clementino. Ao aceitar a indicação para ser líder de governo, prometeu lealdade ao Prefeito, mas garantiu que continuará cobrando os Secretários, exigindo que estes respeitem os Vereadores e saiam de seus gabinetes para visitar as localidades. Destacou investimentos federais que estão chegando ao Serro, como a reforma da Praça João Pinheiro e construção dos Pórticos, mencionando que recursos obtidos em 2013 foram resgatados. Por fim, agradeceu à Deputada Evelyn Aquino pelo recurso destinado à região do Ribeirão, que garantirá acesso ao transporte escolar para famílias que ficavam isoladas. O Presidente reforçou ao Poder Executivo todos os pedidos apresentados pelos Edis e agradeceu aos presentes pelo compromisso e dedicação com os trabalhos legislativos.



Encerradas as discussões e nada mais havendo a ser tratado, o Presidente declarou encerrada a Sessão, pelo que, para constar, eu, Eneas Vitorino da Silva, Secretário da Mesa Diretora, lavrei a presente Ata que, depois de lida, se aprovada, será assinada por mim, pelo Presidente e, pelos Srs. Vereadores. Plenário da Câmara Municipal de Serro, em 18 de março de 2026.

*[Handwritten signatures in blue ink]*

